

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CEFAM:

UTOPIA E REALIDADE

MONOGRAFIA APRESENTADA COMO
REQUISITO PARCIAL PARA CONCLU-
SÃO DO CURSO DE "ESPECIALIZAÇÃO
EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR"
- 1991.

DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO

ALUNA: MARANÍ MARTINO



1290002421

"EU QUASE NADA NÃO SEI (...)
MAS DESCONFIO DE MUITA COISA
(...) UMA COISA É PÔR AS IDÉIAS
EM ORDEM, ARRANJADAS.
OUTRA É LIDAR COM GENTE DE CARNE
E OSSO E MIL E TANTAS MISÉRIAS"

(RIOBALDO)

"Grande Sertão Veredas"

Guimarães Rosa

Este trabalho fica dedicado a
todas as pessoas que possi-
bilitaram (cada qual do seu
jeito) a sua construção:
Vilma, Carmem, Jorge, Paula
Mari, Rita, Marlene e,
em especial, Cristina,
que acompanhou de perto
minhas angústias e ansiedades

Í N D I C E

Introdução.....	01
Capítulos:	
I - 2º Grau: Em busca da Identidade.....	02
II - CEFAM: Uma Nova Perspectiva para o Magistério?	05
III - Educação Física no Magistério: Necessidades e Possibilidades.....	08
Considerações Finais.....	15
Referências Bibliográficas.....	16
Bibliografia.....	18

INTRODUÇÃO

Meu interesse por este trabalho surgiu das dificuldades encontradas no cotidiano, dando aula em um Curso de Formação de Professores - o Projeto CEFAM.

A dificuldade maior explicitou-se nos momentos de elaboração do planejamento para o curso. Me dei conta então, da quase inexistência de propostas sistematizadas de trabalho de Educação Física para o 2º grau. E além disso, para um curso profissionalizante.

Assim, a dificuldade ficou por conta da dúvida: o que deve priorizar? O caráter profissional do curso ou a formação geral do aluno.

Essa dúvida me remeteu para uma questão: a discussão prioritária não é "quem" ou "o que" deve ser priorizado, mas sim, discutir o corpo de conhecimento que a Educação Física deve tratar nesse nível de ensino e a que necessidade pedagógica veio atender.

Nessa perspectiva, este trabalho é uma revisão bibliográfica que busca uma análise do conhecimento que a Educação Física trata no 2º grau.

No entanto, não é intenção deste trabalho esgotar a discussão acerca desta questão, mesmo porque a ação educativa é um processo dinâmico em que não cabem respostas prontas ou fechadas.

Pretendo levantar algumas questões que apontem possíveis caminhos que possam ser considerados pela nossa ação-reflexão-ação.

No primeiro capítulo falarei sobre o ensino de 2º grau: como é concebido e o que é uma Habilitação ao Magistério nesse nível.

No segundo capítulo será enfocado o Projeto CEFAM e tecerei uma breve análise sobre o mesmo.

E no terceiro e último capítulo a Educação Física no 2º grau, assim como a Educação Física no CEFAM e finalizando, seu compromisso com os objetivos da Escola.

CAPÍTULO I

2º GRAU: EM BUSCA DA IDENTIDADE

1.1. - O que é o 2º Grau

Contando com uma média de 35% de evasão e repetência no 2º grau em São Paulo (na década de 80), onde 68,5% dos alunos trabalham e estudam à noite, o ensino médio tem uma proposta curricular que não considera as experiências culturais dos alunos. Os conteúdos são inadequados, superficiais, descontextualizados e fragmentados.

E não poderia ser diferente. O segundo grau é o nó do sistema educacional. Este se encontra perdido entre o primeiro e o terceiro graus.

Ora é concebido como um curso propedêutico - de certo, para uma classe privilegiada - ora como um curso profissionalizante, cujo objetivo maior é conter em nível de segundo grau a demanda para a Universidade.

Na verdade, o ensino de segundo grau está indefinido quanto à sua função como expressa-nos Guiomar Namo de Melo (1):

(...) "De um lado para um segmento social, ele é atrelado ao preparo para a Universidade, para o vestibular. De outro, o ensino técnico ainda é voltado quase estritamente para o adestramento manual".

Nesse sentido, o segundo grau torna-se um ensino discriminatório e seletivo, reforçando a desigualdade social, pois os alunos que pertencem a determinada classe social, continuarão a frequentá-lo visando ao curso superior - especialmente alunos da rede privada - enquanto os de outra classe, por sua vez, continuarão se formando em nível de segundo grau, ingressando como mão-de-obra no mercado de trabalho.

Como nos aponta Acácia Kuenzer (2): (...) "Pouco se têm avançado na compreensão do significado social deste grau de ensino em busca de sua identidade (...). Se para a burguesia está relativamente clara a função de continuidade atribuída ao segundo grau, não

se tem nenhuma clareza acerca de que escola de 2º grau o trabalhador precisa, como também se conhece pouco da escola que lhe tem sido efetivamente oferecida".

Desta maneira, o curso profissionalizante torna-se - para os alunos das classes subalternas - uma das possibilidades de contribuição para seu ingresso no mercado de trabalho, o que poderá assegurar seu acesso ao nível superior.

Não se pretende aqui, discutir a validade do curso profissionalizante, mas a forma como se dá a preparação dos alunos, ou ainda, como se dá a construção do conhecimento nestes cursos.

A dicotomia entre o fazer - trabalho manual - próprio do ensino profissionalizante, onde os alunos têm acesso a um saber fragmentado, visando apenas o trabalho produtivo - e o pensar - trabalho intelectual, próprio do ensino propedêutico, estabelece a divisão entre o saber científico e o trabalho produtivo, impossibilitando a compreensão do todo.

A escola, como nos coloca Kuenzer (3) "Costuma reproduzir a estratégia fabril caracterizada pela distribuição de um saber fragmentado e parcial, limitado à transmissão dos modos de fazer, sem propiciar acesso aos princípios técnicos e metodológicos que explicam esse fazer".

O que se reivindica, para o ensino médio, é o encontro de uma identidade, uma nova proposta curricular que atenda à realidade dos alunos e permita que todos tenham - de forma igualitária - acesso ao saber independentemente de ser um curso profissionalizante ou não.

Assim, (...) "uma nova proposta para a escola de segundo grau deverá, a partir do saber adquirido na prática, permitir ao aluno o acesso ao saber científico e tecnológico sistematizado e socialmente construído - negando, assim, as relações oriundas da divisão social e técnica do trabalho através da reunificação entre teoria e prática". (4)

1.2. - O que é uma Habilitação Específica ao Magistério

Dentre os diversos cursos profissionalizantes em nível

de segundo grau existentes, o curso de Habilitação ao Magistério é um dos mais procurados, conforme dados divulgados através do Boletim nº 05, publicado em 1986, pelo então Ministério da Educação e Cultura.

Dos alunos matriculados em cursos profissionalizantes em 1983, cerca de 36% eram do curso de Habilitação ao Magistério.

Este curso tem por finalidade formar professores para atuarem nas séries iniciais do 1º grau (pré-escola e 1ª a 4ª séries), conforme a Lei de Diretrizes e Bases - para o ensino de 1º e 2º graus - que estabelece a formação através de uma habilitação profissional em nível de segundo grau.

Tendo como objeto de análise nessa revisão bibliográfica, a formação geral do aluno nos cursos profissionalizantes, acreditamos que seja importante ressaltar na regulamentação da Lei nº 5.692/71, sobre a Habilitação ao Magistério, o Parecer nº 349/72 que se refere ao currículo, onde fica claro a predominância do aspecto profissional do curso.

"O currículo apresenta um núcleo comum obrigatório em âmbito nacional e uma parte de formação especial que representa o mínimo necessário à habilitação profissional" e ainda no mesmo Parecer, que "a educação geral (...) deverá a partir do segundo ano oferecer os conteúdos dos quais ele (aluno) se utilizará diretamente na sua tarefa de educador". (5)

Assim, vemos que somente no 1º ano do curso é que são constituídas as disciplinas pertencentes ao chamado núcleo comum - que são consideradas de formação geral - enquanto que nos demais anos serão dadas as disciplinas específicas - consideradas de formação específica.

Neste sentido, fica evidente - como é próprio dos cursos profissionalizantes - a preocupação excessiva com o caráter profissional do curso, relegando a segundo plano a formação geral do aluno, fragmentando e dificultando a construção do seu conhecimento.

CAPÍTULO II

CEFAM: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA O MAGISTÉRIO?

2.1. - O Projeto

Conforme o Decreto nº 28.089 de 13.01.88 a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, instituiu no Sistema de Ensino Paulista o CEFAM - Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério - com a preocupação de "resgatar a importância do professor no contexto da sociedade brasileira e colaborar de forma efetiva no seu processo de formação e aperfeiçoamento" visando responder à "necessidade de se recuperar a especificidade da formação do professor nas séries iniciais do ensino de 1º grau e da pré-escola; a importância da habilitação específica para o Magistério na formação integral do professor; a necessidade de se garantir a melhoria da qualidade do ensino (...)" (6)

O Projeto CEFAM tem, portanto, como objetivos principais priorizar a formação de professores para as primeiras séries do 1º grau e pré-escola, e "aperfeiçoar a atuação do professor frente as novas propostas científicas e psicopedagógicas para o trabalho em sala de aula". (7)

Faz parte da estrutura de funcionamento prevista no Projeto, o atendimento ao aluno em período integral, com horas diárias de estudo - manhã e tarde - distribuídas em horas-aula, horas de enriquecimento curricular e estágio supervisionado.

Aos alunos que ingressam no Projeto são destinadas bolsas de estudos, concedidas durante os 04 anos de duração do curso, no valor correspondente ao Piso Nacional do Salário, sendo esta cancelada, automaticamente, no caso de desistência ou repetência.

O acesso dos alunos às vagas oferecidas são estabelecidas de acordo com os seguintes critérios:

- são reservadas 50% das vagas para os alunos oriundos do 1º grau noturno das escolas públicas;

- as demais vagas são destinadas aos alunos concluintes do 1º grau na rede pública;

- as vagas remanescentes poderão ser preenchidas por alunos que concluíram o 1º grau na rede particular.

Assim como os alunos, os professores e o (s) coordenador (es) que atuam nos CEFAM's são submetidos a um processo de seleção e, para que permaneçam em suas atividades são também avaliados ao final do ano letivo.

2.2. - Algumas reflexões sobre o Projeto

A Educação não é priorizada nas definições políticas globais em nosso País.

Da pré-escola à universidade, e nos diferentes níveis - federal, estaduais e municipais - há um quadro crítico onde a educação é desconsiderada e pouco assumida, com objetivos muito claros nos discursos - e projetos - mas que, na verdade, não se transformam - propositadamente - em ações políticas concretas, resultando entre outros, na ausência de uma política educacional mais consistente.

Como nos coloca Severino (8):

(...) "A situação é estranhamente paradoxal: por mais que seja declarada a exigência de qualificação desse profissional, pouco é feito com vistas à reversão da rotina de sua formação, reconhecida por todos como deficiente".

Sendo assim, ainda que se pese a contradição que se explicita - uma vez que o Estado mantém o discurso da valorização e democratização da educação e a realidade concreta mostra-nos péssimas condições dos prédios escolares, falta de escolas, baixos salários aos trabalhadores envolvidos no processo educacional, etc., etc., - podemos ter na proposta dos CEFAM's a possibilidade efetiva de intervir e reverter o quadro precário da formação de professores.

Sendo necessário, também, o compromisso dos sujeitos envolvidos no processo educacional para que a intenção - hoje delineada nos discursos - seja efetivamente denunciada e "perseguida", caso não venha acompanhada da prioridade política necessária, pois:

(...) "Resultados objetivos e concretos, historicamente avaliáveis, poderão ser colhidos se a condução dessa experiência for feita sem que se perca de vista algumas condições intrínsecas que possam sustentá-la bem como outras tantas condições externas relacionadas com a própria gestão da experiência no plano político e administrativo". (9)

"... Tanta a suficiência eletrônica pode até resuscitar corpos perdidos e pudor poltronas. A verdade, porém, é que o mundo é mesmo desigual. Para. Em certos lugares, o corpo anda esquecido. Pelo avesso. Não há bulcão, recorde e lençol. Estes territórios tropicais, os sites indícios ficam por conta de fome, de inflação, de esquadrões, de violência (...). O que se lamenta é a procura - e o outro corpo, aquele vulto perdido nas freixas do ensino." (10)

O que temos nesse grau de ensino está longe de uma definição. E como nos expressa Freire (11): "O quadro da Educação Física nas escolas do segundo grau é mais negro do que aquele objeto convencional pendurado na parede".

Grande parte dos alunos do segundo grau não tem acesso às aulas de Educação Física porque estão a noite. Como sabemos não podem as escolas se manter abertas à noite e a Educação Física no período noturno. Nos deparamos aí com o descompasso entre a escola e a educação de modo geral.

Se a matéria já encontra dificuldades em se manter dentro do período de aula na maioria das escolas, no período noturno, então, torna-se impossível. Se alega falta de "espaço" na grade curricular, falta de espaço físico e material é até mesmo o caso de algumas escolas onde o trabalho durante o dia - como na Educação Física - é considerado de despesa, de faltar, como se ao aluno trabalhador não restasse outra coisa, senão a ideia de "esquecer o corpo".

Os alunos que tem acesso às aulas, pouco realmente frequentam, seja porque ela pode ser "perfeitamente dispensável" (tanto pelo aluno como pelo aluno) - ou seja, que não reprova, nem vai ao vestibular, "E" até porque a Educação Física quando chega ao ensino médio é considerada uma disciplina "de lazer" e não obrigatória no segundo grau e, portanto, exclusivamente para

EDUCAÇÃO FÍSICA NO MAGISTÉRIO: NECESSIDADE E POSSIBILIDADES**3.1. - Existe Educação Física no 2º Grau?**

"... Tamanha euforia eletrônica pode até ressuscitar corpos tombados em puídas poltronas. A verdade, porém, é que o mundo é mesmo desigual. Pena. Em certos lugares, o corpo anda esquecido. Pelo avesso. Não há brilho, recordes e lendas. Nestes tórridos trópicos, os altos índices ficam por conta da fome, da inflação, da esquistossomose, da violência (...). O que se lamenta - e se procura - é o outro corpo, aquele vulto perdido nas trevas do ensino." (10)

O que temos nesse grau de ensino está longe de uma definição. E como nos expressa Freire (11): "O quadro da Educação Física nas escolas de segundo grau é mais negro do que aquele objeto convencional pendurado na classe."

Cerca de 68,5% dos alunos de segundo grau não tem acesso às aulas de Educação Física porque estudam a noite. Como sabemos são poucas as escolas em que se inclui a Educação Física no período noturno. Nos deparamos aí com o descaso com a escola e a educação de modo geral.

Se a matéria já encontra dificuldades em se manter dentro do período de aula na maioria das escolas, no período noturno, então, isso parece impossível. Se alega falta de "espaço" na grade curricular, falta de espaço físico e material e até mesmo o cansaço dos alunos devido ao trabalho durante o dia - como se Educação Física fosse sinônimo de desgaste, ou talvez, como se ao aluno trabalhador não restasse outra coisa, senão a lição de "esquecer o corpo".

Dos alunos que tem acesso às aulas, poucos realmente a frequentam, seja porque ela pode ser "perfeitamente dispensável" (tanto pela escola como pelo aluno) - uma vez que não reprova, nem cai no vestibular, ou até porque a Educação Física quando chega a "existir" no segundo grau é direcionada, exclusivamente, para

o Desporto e visando estritamente à performance.

Esta afirmação é questionável!

E este desporto, como nos coloca Bracht (12): (...) "É um braço prolongado da própria instituição desportiva", que favorece ainda segundo o autor o "desporto na Escola" com a transplantação reflexa de seus códigos - princípio de rendimento atlético/desportivo, competição, racionalização de meios e técnicas, etc.

Se a escola de 1º grau é considerada ainda, a "base" para a busca dos possíveis "talentos" esportivos, pode-se dizer que no 2º grau a prática do esporte - dito "competitivo" ou de "performance" - acaba sendo a única esperança (?) de se ter alguma experiência vivenciada pelos alunos na escola, em termos de Educação Física.

O que talvez agrave essa situação, seja a postura dos professores que atuam nessa área, onde reforçam e legitimam esse caos através de uma prática acrítica e/ou sem análise do conhecimento veiculado pela Educação Física.

Em que dados empíricos você se baseia para fazer tais afirmações?

3.2. - E no CEFAM...

Pela Deliberação 30/87, a Educação Física na grade curricular dos CEFAM's aparece como atividade, ficando claro o descaso à respeito do conteúdo veiculado pela Educação Física. Não é a terminologia atividade ou disciplina que irá garantir (muito menos decretos e leis) ou assegurar a melhor forma de se transmitir o conhecimento próprio da Educação Física.

Mas utilizando-se do termo "atividade" o que se compreende, a priori, é o fazer pelo fazer desprovido de qualquer reflexão, como nos aponta Lino Castellani (13): "A compreensão da Educação Física enquanto 'matéria curricular' incorporada aos currículos sob a forma de atividade - ação não expressiva de uma reflexão teórica, caracterizando-se dessa forma, no 'fazer pelo fazer' - explica e acaba por justificar sua presença na instituição escolar, não como um campo do conhecimento do lado de um saber que lhe é próprio, específico (...) mas sim enquanto uma mera experiência limitada em si mesma, destituída do exercício da sistematização e compreensão do conhecimento existente apenas empiricamente".

Nesse sentido, é possível perceber através de reuniões

que são organizadas pela CENP - órgão responsável pela orientação e acompanhamento das propostas pedagógicas dos CEFAM's - com a participação de todos os professores de Educação Física que atuam no Projeto, a existência de uma diversidade de atuações que perpassam desde a utilização dos conteúdos com caráter meramente desportivo, até a ênfase excessiva na profissionalização (em detrimento da formação geral do educando).

Juntando-se a esses dados, notamos também, através de um questionário elaborado no início do ano - cuja intenção era ter como base os conhecimentos adquiridos e as expectativas dos alunos com relação a Escola e a Educação Física, para contribuir na elaboração do planejamento anual -, que a expectativa dos alunos oriundos do 1º grau - que tiveram acesso a uma prática fragmentada, descontextualizada, priorizando apenas a "educação do físico" - é da continuidade e "perpetuação" dos mesmos conteúdos já aprendidos (isso significa mesmos conteúdos e mesma prática), demonstrando, às vezes, certa resistência quando da tentativa de se romper com essa concepção de Educação Física.

Nesse sentido, a escassez de material para pesquisa sobre a Educação Física no 2º grau, a prática quase sempre sem reflexão e/ou crítica do trabalho desenvolvido, a falta de encontros regulares visando reflexões e sistematização do corpo de conhecimento que a Educação Física trata, para se traçar uma linha metodológica de trabalho, faz com que os professores adotem medidas particulares e isoladas.

Não podemos diante da possibilidade de um trabalho diferenciado como é a proposta do Projeto CEFAM, cometer os mesmos equívocos dos cursos profissionalizantes onde, como já comentamos anteriormente, existe a fragmentação do conhecimento (teoria desvinculada da prática ou vice-versa).

Essa situação nos aponta a necessidade emergente de se traçar uma linha norteadora de trabalho para o Projeto CEFAM.

Para isso é necessário assegurarmo-nos de uma orientação efetiva, através dos encontros com todos professores que atuam nos CEFAM's, como consta no Projeto e nos fazer valer das possibilidades que o Projeto CEFAM traz, tais como reuniões pedagógicas com todos

professores (04 horas aula, semanalmente) e aulas de Educação Física inseridas no horário de aula (não consideraremos aqui, o espaço físico, quase que inexistente), que são condições de trabalho que, se não garantem por si só, podem pelo menos contribuir para a discussão e orientação do processo de aprendizagem, não só para a Educação Física como para as outras áreas.

Não é intenção desse trabalho chegar até os procedimentos metodológicos, mas pensando a Educação Física, enquanto área do conhecimento, buscar alguns princípios que possam nortear a construção de um conhecimento significativo, contextualizado, articulado com os demais componentes curriculares, que atue no sentido de favorecer, possibilitar, ampliar a aprendizagem.

3.3. - Um compromisso com a Educação enquanto área de conhecimento

"É preciso mais que um conhecimento metódico de técnicas de dar aulas para formar um educador seja em sala de aula seja no pátio de Educação Física" (14)

Mais importante que se discutir uma linha metodológica que norteie a prática da Educação Física, é necessário apontar uma questão que antecede a essa discussão.

Se a especificidade da escola é traduzir o saber historicamente acumulado em conteúdos escolares a serem ensinados, como a Educação Física tem contribuído com os objetivos da escola?

Podemos afirmar que a Educação Física nunca teve o mesmo valor que qualquer outra disciplina do currículo escolar.

O dualismo corpo x mente, herança da nossa sociedade ocidental - que também se faz presente nos currículos escolares - contribui com essa desvalorização, fazendo com que o trabalho intelectual seja privilegiado em detrimento do trabalho manual (e consequentemente, o trabalho corporal).

Somando-se a isso, ao longo da história a Educação Física tem se "firmado" na escola priorizando a prática desportiva - busca de

será? trabalho manual
não é suficiente
de trabalho corpo

talentos, performance, adestramento físico, adaptação ao meio social - respaldada por fundamentos da biomecânica, da biologia, da fisiologia, que contribuem com a visão reducionista do homem, não considerando-o enquanto um ser social e culturalmente determinado.

A Educação Física desta forma, pouco tem a contribuir com os objetivos da Educação.

Nesse sentido, é necessário que tenhamos como proposta o "entendimento da Educação Física como meio para superação da compreensão unilateral para a de omnilateralidade do homem. Jogar, dançar, vivenciar os diferentes esportes, vivenciar práticas corporais de diferentes culturas, se entendidas em sua profundidade, ou seja, como fenômenos culturais, estão ^{sempre} contribuindo, em conjunto, com os demais componentes curriculares para a formação de um homem capaz de se apropriar do mundo..." (15).

E ainda, pensando o conhecimento a ser tratado pela Educação Física que entenda "o homem que tem produzido no decorrer da história, um fantástico acervo de formas de representação do mundo, exteriorizadas pela expressão corporal. Assim, podemos identificar, os jogos, a dança, as lutas, os exercícios ginásticos, os esportes, os malabarismos, a mímica, entre outros, como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas". (16)

Nessa perspectiva, compreendemos que a Educação Física enquanto componente curricular na escola de 2º grau, deva estabelecer conteúdos que considerem os "aspectos antropológicos da expressão ^{corporal?} cultural humana, vinculando-se aos princípios da preparação para o mundo de trabalho e educação para o lazer". (17)

Compreendendo a Dança, a Ginástica, os Jogos e o Esporte "como formas culturais de movimento que se apresentam no mundo vivido (...) precisam ser tema e problematizadas na Educação Física". (18)

Entendemos então, que estes temas da cultura corporal "devem ser tratados como informações necessárias, tanto para a apropriação do conhecimento sócio-histórico da própria corporeidade e das técnicas de movimento quanto para a compreensão do sentido/ significado destas práticas". (19)

Assim, o esporte enquanto manifestação cultural, "deve constar dos conteúdos a serem trabalhados no 2º grau na sua verdadeira dimensão, sem a busca de resultados técnicos não relevantes ao processo de desenvolvimento" (20), onde o uso dos sistemas táticos complexos devem se adequar ao estágio de desenvolvimento dos alunos.

"Na escola, precisamos resgatar os valores que verdadeiramente 'socializam', ou seja, privilegiam o coletivo sobre o individual, defendem o compromisso da solidariedade e respeito humano, a compreensão de que o jogo se faz 'a dois' e de que é diferente jogar 'com' o adversário do que jogar 'contra' o adversário". (21)

Os jogos, respeitando o estágio de desenvolvimento do aluno do ensino médio, deverão ser "selecionados considerando a memória lúdica da comunidade do aluno, oferecendo-lhe também o conhecimento dos jogos das diversas regiões brasileiras e de outros países" (22) e ainda "jogos que promovam a organização da escola junto com a comunidade para encontrar as melhores formas de usufruir da prática esportiva". (23)

Assim, também, a Ginástica encontra sua importância, na medida que se "abre a possibilidade de ações que provocam valiosas experiências corporais enriquecedoras do mundo de movimento das crianças em particular e do homem em geral". (24)

E através da Dança é possível "o resgate da cultura brasileira no mundo da dança através da tematização das origens culturais, sejam do índio, do branco ou do negro, como forma de despertar a identidade social do aluno na busca do exercício da cidadania". (25)

Acreditamos dessa forma, que através do corpo de conhecimento que a Educação Física trata, junto com os demais componentes curriculares, possam contribuir como nos coloca Castellani (Op. Cit.): "para a formação do aluno, de forma a dotá-lo de condições que lhe permitam estar aptos a exercer sua cidadania em toda a sua plenitude". (26)

E, finalmente, entendendo que o CEFAM é um curso profissionalizante, não cabe dúvidas quanto a necessidade de municiar esse aluno, futuro educador, com informações quanto ao conteúdo e metodologia que o auxiliem na sua postura diante dos alunos de pré-escola e 1ª

a 4ª série com relativa tranquilidade. Não se pretende a especialização do professor polivalente em assuntos de Educação Física, mas assegurar um conhecimento que permita o entendimento dos reais objetivos da Educação Física, de modo que o aluno possa estendê-lo aos seus educandos, considerando-os na sua totalidade.

Esta formação de professores representa um elemento positivo para o ensino dentro da educação.

Assim o CEFAP vem responder a uma necessidade que se apresenta para a formação de pessoal de nível médio e superior, formando professores capazes de ensinar a física que para isso deve ter acesso a uma fundamentação que possibilite a aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias para a compreensão e aplicação dos conceitos físicos e a resolução de problemas propostos, visando a formação de um profissional capaz de atuar e trabalhar.

Com certeza, não será somente o Projeto CEFAP capaz de reverter o quadro de professores existentes, que reflete por sua vez a realidade que temos em áreas sociais - em geral - no Brasil.

Ademais, portanto, que a escola deve atuar de forma a proporcionar condições para que os alunos possam adquirir conhecimentos e habilidades necessárias para que no exercício de suas atividades possam aplicar estes conhecimentos e habilidades em situações reais.

A Educação Física fundamentada por um conhecimento teórico-científico, que se propõe a estudar a realidade física, deve ser entendida como uma disciplina que se relaciona com a realidade física e com a realidade social.

Definindo objetivos voltados para a compreensão e vivência do corpo e do movimento humano, a Educação Física deve ser entendida como uma disciplina que se relaciona com a realidade física e com a realidade social, visando a formação de um profissional capaz de atuar e trabalhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(1) Dada a precariedade da educação e a ausência de uma política educacional mais consistente, a decisão de se implantar uma nova experiência de formação de professores representa um elemento positivo para o caótico quadro da educação.

(2) Assim o CEFAM vem responder a uma necessidade que perpassa pela formação do cidadão, da qualificação do educador - exigência de formar professores capazes de ensinar - e que para isso devem ter acesso a uma fundamentação teórica que possibilite a aquisição de conhecimentos básicos que favoreçam a compreensão da relação entre a ciência e o processo produtivo (rompendo, assim, com a dicotomia entre o fazer e o saber).

(3) Com certeza, não será somente o Projeto CEFAM capaz de reverter o quadro de precariedade existente, que reflete por sua vez a precariedade que temos nas áreas sociais - em geral - em nosso País.

(4) Sabemos, portanto, que a nossa luta ultrapassa os limites da Escola, mas a exigência que se faz presente é a de abrir canais de decisão possíveis para que no exercício da nossa ação cotidiana, possamos ampliar cada vez mais - e coletivamente - esse espaço, tendo como perspectiva a transformação da realidade social.

(5) A Educação Física fundamentada por um embasamento teórico-filosófico, que dê respaldo e veracidade à prática pedagógica estará comprometida com essa perspectiva de mudança.

(6) Definindo objetivos voltados para a compreensão e vivência do corpo e descobrindo de forma crítica, o real sentido de suas ações, a Educação Física - em todos os níveis de ensino e em especial no 2º grau - poderá contribuir para a expressão da "linguagem do corpo" na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Guiomar NAMO DE MELLO, Folha de São Paulo, 25.09.91, p. 1-7
- (2) Acácia KUENZER, O aluno Trabalhador e o ensino profissionalizante, p.17
- (3) _____, p. 20
- (4) _____, p. 20
- (5) Selma Garrido PIMENTA e Carlos Luiz GONÇALVES, Revendo o Ensino de 2º grau, Propondo a Formação de Professores, p.106
- (6) Parecer CEE, nº 352/88, 04.05.88
- (7) Boletim Informativo CEFAM, 03/91, p. 01
- (8) Antonio Joaquim SEVERINO, A proposta dos CEFAM's: Uma nova esperança para a formação do professor, s/p
- (9) _____, s/p
- (10) À Margem do Show, Revista Sala de Aula, p. 16
- (11) _____, p. 16
- (12) Walter BRACHT, Educação Física: A busca da autonomia pedagógica, p.14
- (13) Lino CASTELLANI, Diretrizes Gerais para o Ensino de 2º Grau Núcleo comum - Ed. Física, p. 12
- (14) João B. FREIRE, Educação de Corpo Inteiro, p. 171
- (15) Carmem Lúcia SOARES, Fundamentos da Educação Física Escolar, p.05
- (16) Contribuição ao Debate do Currículo em Educação Física: uma proposta para a Escola Pública, p. 07
- (17) _____, p. 09
- (18) Walter BRACHT, op. cit., p. 17
- (19) Contribuição ao Debate do currículo em Educação Física, p. 09
- (20) Estudo para a proposta curricular de Educação Física para os CEFAM's e HEM's, p. 12
- (21) Contribuição ao Debate do currículo em Educação Física, p. 09
- (22) _____, p. 13
- (23) _____, p. 14

(24) _____, p. 22

(25) _____, p. 28

(26) Lino CASTELLANI, op. cit., p. 34

(27) BEACHE, William (Associação Física: A busca da autonomia pedagógica.

IN: Revista da Fundação de Esportes e Turismo, 1 (2)

1989

(28) CASTELLANI, Lino: Diretrizes Gerais para o Ensino de 2ª grau - Módulo Comum - Educação Física, Projeto 8839 - MEC, PUC-SP

(29) ESTANIS, Micheli Ortega (Coord.): Contribuição ao Debate do Currículo da Educação Física: Uma proposta para a Escola Pública, Porto Alegre, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1990

(30) Estudo para a Proposta Curricular de Educação Física para as CEFAP's e NEM's, Equipe Técnica de Comunicação e Expressão - Educação Física, UNP, SP, 1990

(31) FIZIO, João Batista: Educação do Corpo Inteiro, Edita. São Paulo, SP, 1989

(32) BRUNER, Azeite: O aluno trabalhador e o ensino profissionalizante. IN: Revista Brasileira, 1 (1), 1989 - UNICAMP

(33) Parecer CEE: SP 472/84, SP, 04.04.85

(34) ALVES DE MELLO, Gustavo: Escola pública não profissionalizante por falta de espaço para universidade, IN: Folha de São Paulo, SP, 29.04.91

(35) ALBERTA, Nelson Roberto - GONÇALVES, Carlos Luis: Ensino de 2ª grau, processo e formação de professores. Edita. Cortez, SP, 1990

(36) Revista da Associação de Professores de Educação Física, vol. 1989

(37) 1989, Carlos Luis: Formação de professores de Educação Física, Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989

BIBLIOGRAFIA:

- (1) Boletim Informativo C.E.F.A.M.: 03/91, SP
- (2) BRACHT, Walter: Educação Física: A busca da autonomia pedagógica.
IN: Revista da Fundação de Esporte e Turismo 1 (2)
1989
- (3) CASTELLANI, Lino: Diretrizes Gerais para o Ensino de 2º grau - Núcleo Comum - Educação Física, Projeto SESG - MEC, PUC-SP
- (4) ESCOBAR, Micheli Ortega (Coord.): Contribuição ao Debate do Currículo em Educação Física: uma proposta para a Escola Pública, série ensino, Governo do Estado de Pernambuco, 1990
- (5) Estudo para a Proposta Curricular de Educação Física para os CEFAM's e HEM's, Equipe Técnica de Comunicação e Expressão - Educação Física, CENP, SP, 1990
- (6) FREIRE, João Batista: Educação de Corpo Inteiro, Edit. Scipione, SP, 1989
- (07) KUENZER, Acácia: O aluno trabalhador e o ensino profissionalizante.
IN: Revista Bimestre, 1 (1), MEC/INEP - CENAFOR, 1986
- (08) Parecer CEE: nº 352/88, SP, 04.05.88
- (09) NAMO DE MELLO, Guiomar: Escola pública não profissionaliza nem forma alunos para Universidade, IN: Folha de São Paulo, SP, 25.09.91
- (10) PIMENTA, Selma Garrido e GONÇALVES, Carlos Luiz: Revendo o ensino de 2º grau, propondo a formação de professores, Edit. Cortez, SP, 1990
- (11) Revista Sala de Aula; 1 (5), Fundação Victor Civita, SP, 1988
- (12) SOARES, Carmem Lúcia: Fundamentos da Educação Física Escolar, ^{Revista} ~~Univer-~~
~~Brasileira de Estudos Pedagógicos~~ ^{Brasília, v. 71 (n. 167), 51-68, jan/abril, 1990}
~~sidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989~~